



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O QUE SE ENTENDE POR ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL?

*Raphael Schlickmann - UDESC e SOCIESC
Pedro Antônio de Melo - UFSC*

Resumo:

Com este artigo buscou-se construir um conceito de administração universitária que fosse capaz de traduzir como o termo vem sendo empregado, que temas podem estar a ele relacionados e o porquê de estarem ligados a ele. Para isso, tratou-se primeiramente de definir o que é administração e o que levou a que se chegasse ao seu objeto de estudo: as organizações. Na sequência buscou-se definir universidade a partir dos vários usos que se fez do termo ao longo da história até que se chegasse ao entendimento atual. Apresenta-se como as várias interpretações que foram dadas ao termo “universidade” fizeram com que fosse relacionado a quaisquer instituições que oferecessem ensino superior, ou mesmo fosse considerada como sinônimo deste termo. Por fim, fazendo a junção dos termos, buscou-se mostrar na prática, que temas constituem o *corpus* da administração universitária. Em primeiro lugar, a partir da relação com os próprios temas (segundo a ANPAD, 2011) e teorias da administração (optou-se pelo entendimento de RUBEN, SERVA, CASTRO, 1995), na medida em que esta tem por objeto as organizações e, portanto, inclui as organizações de educação superior. E em segundo lugar, a partir dos temas relacionados à educação e ao ensino superior, em função de aparecerem como sinônimas de universidade.

Palavras-chave: administração, universidade, administração universitária.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo a administração universitária é apresentada com base na ideia de que pode ser entendida a partir da junção dos conceitos de administração e de universidade. Assim, conceitua-se administração, seu objeto de estudo e a forma como pode ser analisada enquanto teoria científica. Na sequência, é abordado o conceito de universidade e como ele pode se constituir em objeto de estudo da administração.

1.1 ADMINISTRAÇÃO

Com base na ideia de que a administração universitária possa ser entendida como um termo que se origina da junção dos conceitos que o formam: “administração” e “universidade”, tratou-se de definir inicialmente o que é administração. Stoner e Freeman (2000, p. 4) conceituam administração como: “processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da organização, e de usar todos os recursos disponíveis da organização para alcançar objetivos estabelecidos”. Nesse conceito, os autores deixam clara a relação com aquele desenvolvido por um dos precursores das teorias administrativas modernasⁱ: Henri Fayol, que define administração como uma função do administrador que envolve as atividades de prever, organizar, comandar, coordenar e controlar todos os recursos (dos materiais aos humanos) de uma organização (FAYOL, 1994).

Assim, para que esta seção não se torne um apanhado de definições com pequenas variações, buscou-se mostrar, a partir desses dois conceitos - o primeiro relativamente mais recente e o segundo da primeira década do século XX -, que boa parte das definições de administraçãoⁱⁱ, envolve o seu principal objeto: as organizações. As organizações podem ser definidas como sistemas sociais cuja “prioridade de atenção para a consecução de uma meta específica” é considerada como característica que a distingue de outros sistemas (PARSONS, 1967, p. 44). Lapassade (1977) define organização como um grupo de indivíduos que realiza atividades de forma estruturada para atingir objetivos comuns (LAPASSADE, 1977). Para Stoner e Freeman (2000, p. 4) trata-se de “duas ou mais pessoas trabalhando juntas e de modo estruturado para alcançar um objetivo específico ou um conjunto de objetivos”. Com base nesses conceitos é possível afirmar que uma organização pode incluir desde os tipos mais burocratizados (WEBER, 1999) como os sindicatos e associações de classe, governos, empresas, partidos políticos, igrejas, escolas, clubes, universidades, etc., até os mais inorganizados (MOTTA, PEREIRA, 1986) como uma multidão, uma classe social, uma casta, uma nação, uma região, uma cidade, etc. Incluem ainda aquelas que atuam em diferentes setores da sociedade.

Vale destacar que as organizações são objeto de estudo de outros campos do conhecimento, principalmente a sociologia, da qual as teorias administrativas tomam



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

emprestados alguns de seus conceitos. Tal fato é comum para as ditas “disciplinas contemporâneas” definidas como aquelas que:

buscam sua base teórica em disciplinas correlatas e exercitam os métodos comuns de reconstrução do objeto, tendem a fechar-se, realizando o disparate triste de usar a teoria, não para alimentar a capacidade de inovação, mas para fechar o cerco em torno de si mesmos. Ocorrem daí dois riscos: pode-se partir para visões superficiais, típicas de cursos que perambulam por todos os horizontes teóricos imagináveis, sem desenhar um lugar mais ou menos próprio; pode também buscar refúgio numa espécie de tutela teórica e metodológica, destruindo a vocação interdisciplinar que o objeto em si estaria sugerindo (DEMO, 1997, p. 99).

Ou seja, disciplinas “contemporâneas” como a administração acabam muitas vezes utilizando-se de arcabouços teóricos de outras disciplinas mais “clássicas” ou de outros campos do conhecimento mais “consistentes” para justificar sua própria existência ou cientificidade. Isso parece ir ao encontro do conceito de interdisciplinaridade, termo que mais do que uma realidade virou um “modismo”, como alerta Demo (1997, p. 119):

A academia é muito dada a modismos. O da interdisciplinaridade é um deles. (...) A interdisciplinaridade nada tem a ver com procedimentos cumulativos e justapostos, como é o caso comum no campo da informação cada vez mais abundante. Somos abordados, cada dia mais, com um turbilhão de informações, oriundas de toda parte. (...) A rigor, este amontoamento de informação disparatada e quase sempre superficial, não leva à interdisciplinaridade, nem a demonstra, porque o cerne desta está na reconstrução, em um texto só, da contribuição especializada de vários autores com origens diversificadas. O que faz na verdade a interdisciplinaridade não é a justaposição de textos, mas o esforço reconstrutivo de tecê-lo num todo só.

Ao se colocar a administração como uma disciplina que contém tais características, faz-se necessário apontar de que “teorias da administração” está se falando. Em outros termos, o que está se considerando como “teorias da administração” neste trabalho. Essa ponderação se faz importante, em função dos vários entendimentos que se pode ter do que elas sejam.

Chevallier e Loschak (1980, p. 18), ao discutirem a constituição e a exploração do campo científico da administração caracterizam a ciência administrativa como tendo um caráter compósito e compartimentado:

Compósito em virtude da heterogeneidade dos sucessivos contributos que a constituíram; compartimentado porque as correntes que a atravessam



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

abordam o estudo da administração com preocupações demasiado diferentes para poderem fundir-se espontaneamente numa disciplina integrada.

Em função desse carácter, a ciência administrativa pode ser designada sob três perspectivas: jurídico-política, gestiológica ou managerial e sociológica (CHEVALLIER, LOSCHAK, 1980). A primeira atribui à ciência administrativa o estudo da administração pública ou estatal, influenciada, sobretudo pela doutrina tradicional do direito público, com origens na Europa dos séculos XVII e XVIII. A perspectiva managerial é aquela que ambiciona “construir uma nova disciplina [...] concebida como uma ciência do *management*, da organização racional dos meios materiais e humanos no intuito de atingir nas condições ótimas um dado objetivo” (CHEVALLIER, LOSCHAK, 1980, p. 31). A terceira traz uma perspectiva sociológica que inclui pesquisas suficientemente diversas, muito próxima daquilo que hoje se denomina de teoria das organizações ou de estudos organizacionais.

A sociologia política interessa-se pela administração pública na medida em que a sua existência e o seu funcionamento têm uma dimensão política e se inscrevem numa problemática do poder; a sociologia das organizações, por outro lado, que inclui no seu campo de investigação as organizações de qualquer natureza, diligencia por aplicar à administração pública os métodos de análise forjados no início para o estudo das grandes empresas e por colocar assim em evidência as relações que se estabelecem no seu seio entre indivíduos e grupos (CHEVALLIER, LOSCHAK, 1980, p. 32-33).

A “sociologia política” e a “sociologia das organizações” como correntes desta terceira perspectiva tornam ainda mais complexo o entendimento dos limites e da abrangência das teorias da administração, como constituintes de uma ciência da administração. Levando em consideração a diversidade que é peculiar ao campo da administração, Ruben, Serva e Castro (1995) concebem as teorias da administração como divididas em três setores: as teorias das organizações, as teorias gerenciais e o vasto conjunto dedicado às áreas funcionais.

Para estes autores as teorias gerenciais (trabalhos que se orientam pela racionalidade com fins de rentabilidade, na trajetória iniciada por Taylor e Fayol) e os trabalhos dedicados às áreas funcionais (finanças, marketing, produção, recursos humanos, etc.) “fazem parte de um pensamento pragmático, no sentido onde o que conta é o alcance dos resultados fixados como metas” (RUBEN, SERVA, CASTRO, 1995, p. 208). Esses dois grupos de teorias podem ser relacionados à perspectiva managerial de Chevallier e Loschak (1980). Em contraponto, a teoria das organizações “busca, sobretudo analisar, refletir e melhor compreender o espaço onde o trabalho é realizado embora não inteiramente despojado de um certo pragmatismo” (RUBEN, SERVA, CASTRO, 1995, p. 208). Tal teoria pode ser relacionada à perspectiva sociológica de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Chevallier e Loschak (1980). Sendo assim, esses autores não consideram a perspectiva jurídico-política, possivelmente por esta se constituir em um campo científico próprio no Brasil, definido como administração pública. Assim, neste trabalho, sempre que se fizer referência às teorias administrativas estas serão relacionadas à concepção de Ruben, Serva e Castro (1995).

Definidos o conceito de administração, e de seu objeto de estudo – as organizações -, apresenta-se a seguir o conceito de universidade e a forma como esta organização, que, portanto, é também objeto de estudo da administração, será tratada para fins deste estudo.

1.2 UNIVERSIDADE

As universidades são definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil – LDB/1996 como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996). A referida lei ainda traz três aspectos que caracterizam as universidades, quais sejam:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a universidade pode ser considerada uma organização que:

- é pluridisciplinar, ou seja, uma organização que congrega muitas disciplinas ou muitos campos científicosⁱⁱⁱ;
- que tem por objetivo a formação de profissionais de nível superior (inclui-se, portanto, a pós-graduação);
- onde se realiza pesquisa, ou seja, “a investigação com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, visando a obtenção de resultados, de causa e efeito ou colocação de fatos novos em evidência” (CNPq, 2012c);
- onde se realiza extensão, ou seja, um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15);
- tenha domínio e incentive o saber humano;
- tenha uma produção intelectual institucionalizada;
- bem como atenda aos critérios de quantidades mínimas quanto à titulação e dedicação docente.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Assim, verifica-se que no Brasil o conceito de universidade é regulamentado por legislação nacional^{iv} que estabelece critérios mínimos para que uma organização de educação superior seja credenciada como tal. Definido o conceito de universidade, têm-se condições de estabelecer o conceito de administração universitária, motivo pelo qual se destrinchou os conceitos de administração e de universidade.

Sendo assim, a administração universitária poderia ser conceituada, por exemplo, adaptando-se o conceito de Stoner e Freeman (2000) e o conceito de universidade estabelecido pela LDB/1996 como: *processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da universidade, e de usar todos os seus recursos disponíveis para atingir os objetivos de: formar quadros profissionais de nível superior; realizar pesquisa e extensão; bem como dominar e cultivar o saber humano*. Por outro lado, quando se fala em administração universitária no Brasil, não se está necessariamente fazendo menção à universidade recente (estabelecida pela LDB/1996) somente, mas também – e, em considerável parte – da universidade como sinônima dos termos “escolas de ensino/educação superior”, “instituições de ensino/educação superior”, “faculdades”, e mais recentemente (a partir da LDB/1996) “centros universitários”. Ou seja, antes de ser definida pela legislação atual, a universidade existia, porém sua denominação sofreu uma série de mudanças desde o estabelecimento da primeira iniciativa de se estabelecer uma no Brasil, feita já em 1592 pelos jesuítas na Bahia (MORHY, 2004). Assim, falar sobre a “administração universitária” implica em definir melhor o que se entende por universidade e como esse conceito pode ser analisado de diferentes formas ao longo do tempo.

Morhy (2004) faz um registro histórico-evolutivo sobre a universidade no Brasil, parecendo utilizá-la como sinônimo de educação superior. Ou seja, o autor traça em realidade uma evolução histórica da educação superior no Brasil, que remete à universidade como o local, ou se preferirmos, a organização, onde se fazia educação superior no país. Comparando ao cenário da educação superior que se tem hoje seria o mesmo que afirmar que uma faculdade ou centro universitário poderiam ser considerados universidades por oferecerem cursos de nível superior. Tal constatação fica evidenciada nos dois primeiros parágrafos do trabalho do autor:

A universidade chegou ao Brasil com grande atraso. Até 1900 não existiam mais do que 24 escolas de educação superior no País e até o final da primeira década do século passado não havia uma única universidade (...) Várias iniciativas visando a criação de uma universidade no Brasil estão registrados, a começar pela Universidade do Brasil, que chegou a ser instalada em 1592 pelos jesuítas na Bahia, mas esta instituição não foi reconhecida ou autorizada, nem pelo Papa e nem pelo Rei de Portugal. (...) Em 17 de janeiro de 1909 começou a funcionar a Escola Livre de Manáos, que passou a denominar-se Universidade de Manáos, a partir de 13 de julho de 1913. (...) Em 1920, foi então criada a Universidade do Rio de Janeiro, que resultou da



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

fusão da Escola Politécnica com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, então existentes. Naquela época (...) no Brasil existiam apenas algumas instituições isoladas de educação superior de medicina, de direito, politécnica, de minas (mineração), que em geral seguiam o modelo das instituições francesas (MORHY, 2004, p. 25-26).

Assim, aquilo a que o autor denomina de universidade são em realidade “um complexo de escolas autárquicas” (RIBEIRO, 1969, p. 87). Quanto ao mencionado “modelo das instituições francesas”, destaca-se que no século XIX o entendimento que se tinha sobre a universidade e o modo como ela deveria ser organizada girava em torno de três concepções desta organização, que variavam conforme as sociedades em que elas surgiram (França, Alemanha, Inglaterra), conforme o entendimento que elas tinham sobre qual deveria ser o papel da universidade, e de acordo com a época em que foram elaboradas e traduzidas dentro da realidade (JANNE, 1981). A estas concepções foram agregadas duas outras, próprias do desenvolvimento da sociedade do século XX (Estados Unidos e União Soviética). Tais concepções sobre a universidade acabaram influenciando outras sociedades a ponto de se falar em modelos ou sistemas de universidade. Assim, é que o “modelo brasileiro” de universidade era influenciado no início do século XX pelo “modelo francês”, do século XIX, baseado no ensino profissionalizante.

Aproximadamente na segunda metade do século XX, os países latino-americanos entre os quais o Brasil, influenciados pela crescente predominância americana do pós-guerra em boa parte dos contextos, entre os quais o universitário, buscaram reformar seus modelos de universidade a fim de que se tornassem semelhantes àquilo que se considerava o ideal. Em um seminário internacional sobre Administração Universitária, realizado no Brasil, no início da década de 1970 um dos palestrantes ressaltava bem a necessidade de se buscar uma aproximação do modelo brasileiro ao do americano:

(...) esse é o desafio que também nos é feito (*diminuir a distância em matéria de gestão administrativa em relação aos Estados Unidos*). Nenhuma condição inferior temos para que não possamos vencer esse desafio. É preciso que nos empolgemos pela ideia de trabalhar com afinco no sentido de reduzir essa diferença (RODRIGUES, 1971, *inserção minha*).

Diante da busca por um modelo de universidade que tivesse como ideal o americano, surgem trabalhos que procuravam criticar e refletir esse posicionamento. Além disso, buscavam refletir sobre qual deveria ser o modelo de universidade para a sociedade brasileira e qual deveria ser sua função. Nessa linha podem ser destacados os trabalhos de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro, ambos participantes da criação da Universidade de Brasília – UnB, instituída em 1962 (MORHY, 2004). A criação da



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

UnB baseou-se no modelo norte-americano fundacional com departamentos, adotando-se o sistema instituto/faculdade/unidades complementares tendo os departamentos como unidade didática básica (MORHY, 2004). Além de alterar a estrutura da universidade, o novo modelo tinha o intuito de promover mudanças em termos de concepção e finalidade, conforme manifestação de Anísio Teixeira sobre a criação da UnB, em 1961:

Queremos que ela concretize uma mudança real e seja um instrumento de promoção, de cultura e de soluções de problemas, voltada para o meio social exterior. Nossos planos são para que ela se identifique com as aspirações de evolução do país e contribua para que suas finalidades sejam alcançadas. Pretendemos superar as resistências de nossas universidades formuladas nos moldes antigos, voltadas para si mesmas, mais do que para a nação, preocupadas mais com o seu papel de guardiãs da cultura do que com a necessidade do progresso e desenvolvimento da sociedade (MORHY, 2004, p. 30).

Na mesma linha de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro (1969) propunha uma reestruturação dos modelos de universidade até então vigentes na América Latina, o qual denominava de “Universidade Utópica” ou “Universidade Necessária”. Afirmava que um de seus requisitos deveria ser o de “poder converter-se em programa concreto de ação que leve em conta as situações locais de cada país e que seja capaz de transformar a universidade num agente de transformação intencional da sociedade” (RIBEIRO, 1969, p. 168).

Durante o período dos governos militares (1964-1985), a pesquisa científica e a pós-graduação foram expandidas e modernizadas e a Reforma Universitária de 1968^v trouxe mudanças que refletem até hoje na concepção e no funcionamento das universidades, como por exemplo: a criação dos institutos básicos e dos departamentos; a criação de cursos de curta duração; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; os regimes de tempo integral e de dedicação exclusiva de professores; e a institucionalização da pesquisa (MOHRY, 2004). Este autor destaca ainda que foi neste período que as universidades assumiram o papel de instituições de pesquisa.

Com a Constituição de 1988 e a LDB/1996, estabeleceu-se o modo de funcionamento atual das instituições de educação superior, como por exemplo: a dissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão em instituições de educação superior não universitárias, sendo obrigatória a indissociabilidade no caso das universidades; a autonomia universitária; as bases legais da educação a distância para todos os níveis e modalidades de ensino; a garantia de qualidade, qualificação docente e avaliação sistemática da educação superior (MOHRY, 2004). A partir da regulamentação da LDB/1996, por meio do Decreto nº 5773 de 9/05/2006 (BRASIL, 2006), vigente atualmente, são consideradas como instituições de educação superior no Brasil: as



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

facultades, os centros universitários e as universidades, cada qual com regras específicas de credenciamento e de funcionamento.

Assim, com este breve resgate da evolução do conceito de universidade no Brasil, que se confunde com a evolução da própria educação superior no país, procurou-se mostrar que a “universidade” tal qual aparece no termo “administração universitária” pode abranger os diversos tipos de instituições de educação/ensino superior (facultades, centros universitários e universidades) que ofereçam cursos em nível superior, além da própria “educação superior” ou “ensino superior”. Daí que se verifica o uso da expressão “administração da educação superior” ou do “ensino superior”. E algumas variações como “gestão universitária”; “gestão da educação ou do ensino superior”; “administração de instituições de educação ou ensino superior (IES)”; e “gestão de IES”.

1.3 O QUE É ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL?

Analisados os conceitos de administração e de universidade, bem como as diferentes possibilidades de entendimento que podem decorrer deles, foi criado para fins deste trabalho um conceito de administração universitária que servirá de base para seu entendimento como um campo científico. Tomando por base o conceito de Stoner e Freeman (2000) a administração universitária foi definida como *processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros das organizações de educação superior, e de usar todos os seus recursos disponíveis para atingir seus objetivos*.

Em termos mais abrangentes, sendo a administração um campo científico ou disciplina que tem como objeto de estudo as organizações, a administração universitária pode ser definida como um campo científico (que faz parte daquele, ou seja, é um subcampo daquele) cujo objeto de estudo são as organizações de educação superior, universitárias ou não. Portanto, estão incluídas nesse conceito suas variações, dentre as quais: a administração/gestão de IES; a gestão universitária; bem como a administração/gestão do ensino e da educação superior.

Nesse sentido, os temas e as teorias que constituem a administração enquanto disciplina ou campo científico, de acordo com o conceito apresentado, poderão se fazer presentes também no campo científico da administração universitária. Assim, quando se fala em administração universitária no Brasil, neste trabalho, está se abarcando os temas e teorias administrativas como possíveis constituintes de seu *corpus* aplicados às organizações de educação superior. Para tanto, há que se considerar quais são os temas e teorias que refletem o conhecimento do campo científico da administração.

Tomando por base a ideia de teorias administrativas desenvolvidas por Ruben, Serva e Castro (1995), elas podem ser divididas em: teorias gerenciais, teorias relacionadas às áreas funcionais da administração e teorias das organizações. No campo científico brasileiro, tais teorias e os temas a elas relacionados podem ser encontrados



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

entre as divisões acadêmicas definidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD. Esta associação foi criada em 1976, e:

Congrega programas de pós-graduação *stricto sensu*, representando os interesses das instituições filiadas junto à opinião pública e atuando como órgão articulador dos interesses dos programas perante a comunidade científica e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação e desenvolvimento científico e tecnológico em nosso país (ANPAD, 2011a).

Sendo assim, se constitui em um importante agente^{vi} do campo científico da administração no Brasil, pois congrega 92 programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração, ciências contábeis e afins associados, que por meio de divisões acadêmicas (reunindo variados temas de interesse científico do campo das ciências administrativas) constitui-se em um fórum de debates entre professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação (ANPAD, 2011a). Acredita-se, portanto, que as divisões acadêmicas da ANPAD reflitam o conhecimento gerado pelo campo científico da administração no Brasil e conseqüentemente parte do conhecimento gerado pelo campo científico da administração universitária, considerado neste trabalho um subcampo desta.

No ano de 2011^{vii}, a ANPAD continha 11 divisões acadêmicas assim definidas: Administração da Informação; Administração Pública; Contabilidade; Estudos Organizacionais; Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade; Estratégia em Organizações; Finanças; Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação; Gestão de Operações e Logística; Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho; e Marketing; cada qual dividida em temas de interesse específicos (ANPAD, 2011b).

Destacados os temas que constituem as divisões acadêmicas da ANPAD, vale lembrar que em diversos momentos do texto as teorias da administração e seus temas foram tratados como constituintes de “parte” do conhecimento produzido no campo científico da administração universitária no Brasil. Fez-se questão de fazer essa ponderação, pois outra “parte” desse conhecimento talvez não esteja necessariamente relacionada diretamente a essas teorias. Em grande parte, esse entendimento resulta da constatação de que se o termo “administração universitária” apresenta uma série de variações como foi mostrado anteriormente e que muitas vezes o objeto de estudo da administração universitária – as organizações de educação superior, universitárias ou não – se confundem com a própria educação superior – como foi mostrado na seção anterior – e o conhecimento gerado neste campo científico acaba incluindo temas relacionados à educação ou ao ensino superior. Ou seja, temas que não são diretamente relacionados à administração e suas teorias.

Com o objetivo de buscar evidências de como a administração universitária, pode, de fato, ser encarada de forma ambígua quanto ao seu objeto de estudo, foram



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

analisados dois cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de administração e três eventos com foco em administração universitária realizados no Brasil. Como critério, buscou-se em relação aos cursos, que estivessem vinculados à área de administração e que tivessem pelo menos uma área de concentração ou linha de pesquisa incluindo o termo administração universitária ou correlatos. Quanto aos eventos, que suas temáticas centrais contivessem esses termos. Foram utilizados sites de busca na internet, bem como de referenciais de publicações que abordassem o tema.

1.3.1 O Curso de Pós-Graduação em Administração da UFSC

No final da década de 1970, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC criou o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado da área de administração contendo uma área de concentração em administração universitária no Brasil (CPGA, 1998). Por meio da análise dos catálogos do Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA da UFSC de 1982 e de 1983, foi possível constatar que na própria declaração dos objetivos da área de concentração de administração universitária, existe uma dubiedade no que diz respeito ao objeto desta área: ora fala-se em ensino superior (mais abrangente), ora em instituições de ensino superior:

Análise crítica da administração do ensino superior; Aumento dos níveis de qualidade e da potencialidade gerencial dos administradores do ensino superior; Formar recursos humanos especializados para atender às instituições de ensino superior (CPGA, 1982, p. 12).

Entre as linhas de pesquisa do CPGA/UFSC à época estava *Universidade Brasileira: sua estrutura e organização*. Nesta linha o objeto de análise é mais voltado para a universidade enquanto organização que para a educação ou ensino superior, conforme se verifica na definição de seus objetivos:

Analisar objetivamente os problemas percebidos na universidade, subsidiando a administração na resolução dos mesmos com propostas alternativas de solução. Auxiliar a universidade na definição de sua filosofia de ação. Projetar a universidade, através de programas de ação especial, compatibilizando os seus objetivos com os interesses e necessidades da comunidade universitária em suas diferentes dimensões. Organizar um sistema de informações com dados relevantes e atualizados, permitindo à universidade programar suas ações em função dos objetivos e não em função de crises a resolver. Fazer estudo crítico da universidade, buscando meios de superar problemas e dificuldades tendo em vista a sua eficácia (CPGA, 1982, p. 28-29).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No ano de 1986, no entanto, esta mesma linha aparece reformulada e percebe-se a presença do ensino e da educação superior como objetos de análise, conforme trecho a seguir:

Os atuais debates sobre qualidade de ensino superior, objetivos e funções da pós-graduação, a universidade e o mercado de trabalho, a universidade e o desenvolvimento local, regional e nacional, as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios em matéria educacional, a atuação da iniciativa privada no setor da educação, o financiamento da educação superior e muitos outros, são absolutamente construtivos e devem ser realizados em alto nível na esfera acadêmica. O Curso de Pós-Graduação em Administração Universitária abre espaço para o estudo e aprofundamento destes e de todos os problemas que preocupam a comunidade universitária nacional... (CPGA, 1986, p. 13-14).

Em 1989, após ter passado por reformulações o curso já não possui mais a administração universitária como área de concentração, a qual passa a se denominar “Políticas e Planejamento Universitário” com as seguintes linhas de pesquisa relacionadas: “Universidade: Políticas e Estruturas” e “Universidade: Planificação, Estratégia e Ação”, ambas com foco na organização universitária (CPGA, 1989).

Na década de 1990, a área de concentração relacionada à universidade deixa de existir e o curso passa a ter apenas uma área de concentração denominada Políticas e Gestão Institucional, e dentre as suas linhas de Pesquisa, uma é relacionada à administração universitária: Política e Administração Universitária (CPGA, 1998). A descrição desta linha mostra que o objeto de estudo da administração universitária se divide entre o ensino superior e as instituições de educação superior (IES), conforme descrição a seguir.

Voltada para o estudo da universidade e do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, tanto sob a perspectiva organizacional como das políticas estabelecidas. As seguintes temáticas são enfatizadas nesta linha de pesquisa: Mudança e comportamento em IES. Políticas do ensino superior brasileiro. Estrutura do ensino superior brasileiro. Estudo comparativo das estruturas universitárias. Análise de políticas institucionais de ensino e pesquisa. Avaliação e auto-avaliação institucional. Gestão da qualidade nas IES (CPGA, 1998, p. 25).

A partir da década de 2000 a linha de pesquisa em administração universitária deixa de fazer parte do curso, após nova reformulação, e o curso passa a contar apenas com disciplinas relacionadas ao tema, as quais também refletem a ambiguidade entre os seus objetos de estudo. O quadro seguinte traz uma lista das disciplinas ofertadas ao longo da história do CPGA da UFSC que retrata esse fato.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Quadro 1: Administração universitária no CPGA/UFSC

Área de Concentração	Linhas de Pesquisa	Disciplinas ofertadas	Anos
Administração Universitária	Universidade Brasileira: sua estrutura e organização	Organização e Administração de universidades Planejamento Universitário Administração Acadêmica Administração de Recursos Humanos Problemas da Educação Superior no Brasil Administração Financeira e Orçamentação Chefia e Liderança Assuntos Estudantis e de Extensão	1982 1983
Administração Universitária	Universidade Brasileira: sua estrutura e organização	Políticas de Ensino Superior Planejamento do Ensino Superior Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Problemas do Ensino Superior no Brasil Administração Acadêmica	1986
Políticas e Planejamento Universitário	Universidade: Políticas e Estruturas Universidade: Planificação, Estratégia e Ação	História e evolução da universidade Estrutura e funcionamento do ensino superior Políticas do ensino superior Problemas do Ensino Superior Planejamento universitário Administração acadêmica, Administração de atividades-meio da universidade Financiamento do ensino superior Avaliação do ensino superior	1989
Não há	Política e Administração Universitária	Mudança e comportamento em IES Políticas do ensino superior brasileiro Estrutura do ensino superior brasileiro Estudo comparativo das estruturas universitárias Análise de políticas institucionais de ensino e pesquisa Avaliação e auto-avaliação institucional Gestão da qualidade nas IES	1998
Não há	Não há	Gestão da Educação Superior Seminários em Administração: Gestão de Projetos em EAD Universidade e Desenvolvimento Política, Estrutura e Funcionamento da Educação Superior Financiamento do Ensino Superior	A partir da 2ª metade dos anos 2000

Fonte: elaborado pelo autor com base em CPGA (1982; 1983; 1986; 1989; 1998; 2012).

Apresentado o CPGA/UFSC, como um curso que pode ser relacionado à administração universitária, apresenta-se na sequência um evento que também guarda relações com o tema.

1.3.2 O III Congresso da Organização Universitária Interamericana – OUI na UFBA

No ano de 1983, foi realizado na Universidade Federal da Bahia – UFBA o III Congresso da Organização Universitária Interamericana – OUI cujo tema foi: *Administração Universitária em Tempos de Crise: perspectivas para o ano 2000*. Por meio da análise do primeiro volume dos anais desse evento, foram levantados os títulos das conferências realizadas (OUI, 1983), conforme quadro seguinte:

Quadro 2: Conferências realizadas no III Congresso da OUI na UFBA – 1983.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Conferências realizadas no III Congresso da OUI na UFBA (1983)

- Perspectivas e Futuro do Ensino Superior (Apresentação);
- A Universidade no Século XXI – defendendo a torre de marfim;
- Relações Interuniversitárias: mais um indicador para a análise da crise universitária brasileira?;
- Como serão as Universidades no Ano 2000;
- Ensino Superior: crescimento em tempo de recessão econômica;
- A Educação Superior em um Contexto de Recessão Econômica;
- Análise e Avaliação das Necessidades dos Ensino Superior para os Anos 80;
- Análise e Avaliação das Necessidades dos Ensino Superior para os Anos 80 – Exame da Questão à luz da experiência de Quebec;
- A Educação Universitária nos Anos 90;
- O Estado Estacionário e a Universidade;
- A Administração e o Desenvolvimento de Programas de Investigação com Recursos Financeiros Reduzidos;
- A Gestão e o Desenvolvimento de Programas de Pesquisa com Recursos Financeiros Reduzidos;
- Crescimento da Educação Superior e a Recessão Econômica;
- Novos Enfoques sobre Administração Universitária;
- Procedimentos para a Crise Gerencial do Ensino Superior;
- O Desafio dos Anos 80 – uma Gestão Universitária Centrada na Produtividade.

Fonte: elaborado pelo autor com base em OUI (1983, p. 1-2)

Verifica-se que boa parte das conferências trata da educação ou do ensino superior como objeto de análise. Assim, constata-se que a ambiguidade entre os termos universidade X educação/ensino superior e administração universitária X administração da educação/ensino superior e variações fica mais uma vez evidenciada.

1.3.3 Os Seminários Internacionais sobre Administração Universitária da UFRN

Entre os anos de 1990 e 1996 a Universidade Federal do Rio Grande do Norte realizou cinco Seminários Internacionais sobre Administração Universitária. O primeiro, de 1990, tinha como temática central “Problemática e Estratégias”, tendo sido abordados e discutidos temas como planejamento estratégico nas universidades, estudo e pesquisa em administração universitária e experiência canadense e brasileira em gestão e desenvolvimento universitários (UFRN, 1991).

No II Seminário, realizado em 1991, a temática central foi: “Estrutura e Funcionamento da Universidade na década de 90” e as conferências e painéis abordaram os seguintes assuntos: Impacto da Cooperação Internacional nos Programas de Desenvolvimento Universitário, Alternativas para o Regime Acadêmico, Experiências de Regimes Acadêmicos, Repercussão do Regime Acadêmico nas funções básicas do Ensino, Pesquisa e Extensão, Modernização da Estrutura e Funcionamento da Universidade, Processo Decisório e Estrutura do Poder nas Universidades, A Universidade nos anos 90: Perspectivas e Compromissos.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Embora não se tenha tido acesso aos anais dos III, IV e V Seminários, foi possível chegar aos temas tratados por eles a partir de sites^{viii} de busca na internet. O III Seminário, realizado em 1993, teve como tema central “O papel da avaliação na gestão universitária”. O IV Seminário, realizado no ano seguinte tratou do tema: “Universidade e Sociedade: a busca de uma relação de qualidade. O papel do Ensino e dos Docentes”; e o V Seminário, realizado em 1996, abordou o tema: “Educação X Inovação Tecnológica: o desafio de aprender com o novo”. Verifica-se, assim, a presença de temas pertinentes tanto à administração quanto ao ensino superior.

1.3.4 Os Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária da UFSC

A partir de 2000, por iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária – NUPEAU^{ix}, ligado ao CPGA/UFSC, passou a ser organizado anualmente o Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul^x, um evento com foco na administração universitária onde se constata a presença de temas relacionados tanto à administração quanto à educação ou ensino superior (INPEAU, 2012).

O evento foi realizado pela primeira vez em Florianópolis, Santa Catarina e a partir do ano seguinte outras instituições latino-americanas, parceiras na realização do Colóquio, passaram a sediá-lo (INPEAU, 2012). Assim, o Brasil por meio da UFSC, passou a intercalar com instituições de educação superior de outros países da América do Sul, a sede do evento. A partir de 2012, o evento passou a se denominar Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, em função de sediar-se pela primeira vez fora do eixo sul-americano, mais especificamente no México. O quadro seguinte traz uma relação dos temas centrais de cada edição do evento e as áreas temáticas mais comuns ou que tiveram o maior número de submissões^{xi} ao longo da existência do Colóquio.

Quadro 3: Temas centrais e áreas temáticas dos Colóquios em Gestão Universitária

Temas centrais	Áreas temáticas
A Gestão Universitária na América do Sul	Acesso, permanência e evasão
A Universidade em Tempos de Crise	Autonomia universitária
Políticas e Gestão Universitária em Contextos de Crises	Financiamento
Alianças Estratégicas, Integração e Gestão Universitária	Avaliação Institucional
Poder, Governo e Estratégia em Universidades da América do Sul	Cooperação universidade-empresa
Mudanças e Perspectivas na Gestão Universitária	Educação a distância
Mobilidade, Governabilidade e Integração Regional	Estrutura acadêmica e administrativa
A Gestão Universitária e a Garantia da Educação Superior como Direito Humano e Bem Público	Gestão da pesquisa e da pós-graduação
Expansão da Educação Superior: Experiências e Perspectivas	Gestão de pessoas
Balanço e Perspectivas da Educação Superior na América do Sul	Gestão da informação
Gestão Universitária, Cooperação Internacional e Compromisso Social	Gestão estratégica
Gestão da Internacionalização, da Cooperação e da Cultura na Educação Superior.	Universidade e compromisso social
	Internacionalização e mobilidade acadêmica
	Marketing institucional



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

	Políticas de educação superior Universidade e sociedade Gestão de instituições de ensino superior
--	---

Fonte: elaborado pelo autor com base em INPEAU (2012).

1.3.5 O Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da UFSC

O Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGAU/UFSC foi o primeiro na área de administração com foco exclusivo para a administração universitária. O próprio CPGA/UFSC apresentado na seção 1.3.1 nunca foi exclusivamente voltado para a administração universitária, tendo pelo menos mais uma área de concentração relacionada a outra temática.

Criado em 2010, o PPGAU/UFSC oferece o mestrado profissional com uma área de concentração denominada “Gestão Universitária” descrita da seguinte forma:

As instituições de Ensino Superior com destaque às universidades constituem-se de unidades educacionais de extrema relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil no atual cenário mundial. A gestão de universidades é tema de discussão permanente, especialmente a partir da expansão da educação superior no País neste início de Século, e a profissionalização necessária à condução dos processos organizacionais. Em ambientes de mudanças contínuas, e de pluralidade de ideias, como é o caso das universidades, a gestão profissional fortalece o processo decisório e fundamenta ações de comando e de planejamento (PPGAU, 2012a).

Por meio da análise da descrição de sua área de concentração é possível constatar que o programa diferencia as instituições universitárias das instituições de ensino superior, e dá mais destaque as primeiras em seu programa e ao citar a educação superior, o faz como forma de contextualizar as universidades. Assim, a educação superior, as universidades e as instituições de ensino superior são tratadas como diferentes entre si.

Relacionadas a essa área de concentração estão as duas linhas de pesquisa do PPGAU/UFSC: *Universidade e Sociedade* que tem por objetivo

Criar estudos que permitam incrementar a interface entre a Universidade e sociedade organizada, especialmente com organismos governamentais, fundações de amparo à pesquisa estaduais e da UFSC, Ongs e segmento empresarial, visando a interface e publicação de conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos na Universidade (PPGAU, 2012a).

E *Gestão Acadêmica e Administrativa* cujo objetivo é



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Estudar o processo de gestão de instituições de Ensino Superior públicas e privadas, considerando questões no âmbito acadêmico e administrativo propor soluções aos desafios impostos pela flexibilização da gestão, em ambientes de mudanças contínuas; ferramentas de gestão, sistemas gerenciais e avaliação institucional (PPGAU, 2012a).

Ao se analisar a primeira linha de pesquisa verifica-se que o foco continua sendo a universidade, porém ao se partir para a segunda linha o foco se amplia, pois se inclui as instituições de ensino superior. Ou seja, se na descrição da área de concentração e da primeira linha de pesquisa parece prevalecer a ideia de que a administração universitária diz respeito à administração apenas das instituições assim denominadas, na descrição da segunda linha de pesquisa, constata-se que, de fato, não é assim que o programa entende. O entendimento do objeto de estudo da administração universitária e os temas relacionados a esse campo se ampliam ainda mais quando se considera as disciplinas que compõem a estrutura curricular do programa, conforme o quadro seguinte.

Quadro 4: Estrutura curricular do PPGAU/UFSC

Disciplinas obrigatórias	Disciplinas eletivas
Educação e Sociedade Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Fundamentos do Pensamento Administrativo	Avaliação da Educação Superior Avaliação Institucional Cenários e Prospecção Universitária e Formação de Políticas Públicas Contexto Educacional e a Gestão do Conhecimento Direito Público Administrativo Finanças de Instituições de Ensino Superior Gestão da Educação a Distância Gestão da Informação e do Conhecimento em IES Gestão Estratégica e de Mudança em IES Liderança, Poder e Processo Decisório Marketing na Gestão Universitária Metodologia de Pesquisa em Administração Modelos de Ação Gerencial para IES História e Evolução da Universidade Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional Gestão de Competências Universidade e Desenvolvimento Regional

Fonte: elaborado pelo autor com base em PPGAU (2012b)

Entre as disciplinas obrigatórias do PPGAU/UFSC, as duas primeiras do quadro anterior, tratam de temas relacionados à educação e ao ensino superior, ou seja, novamente parece haver uma sobreposição entre universidade x ensino superior x educação. Destaca-se que há uma terceira disciplina obrigatória relacionada à administração.

Quando a análise recai sobre as eletivas verifica-se que três delas fazem menção à educação superior (Avaliação da Educação Superior, Contexto Educacional e a Gestão do Conhecimento, Gestão da Educação a Distância); quatro se referem à instituição



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

universitária (Cenários e Prospecção Universitária e Formação de Políticas Públicas, Marketing na Gestão Universitária, História e Evolução da Universidade, Universidade e Desenvolvimento Regional); quatro dizem respeito às instituições de ensino superior (IES) (Finanças de Instituições de Ensino Superior, Gestão da Informação e do Conhecimento em IES, Gestão Estratégica e de Mudança em IES, Modelos de Ação Gerencial para IES); cinco disciplinas têm relação direta com a temas da administração (Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional, Gestão de Competências, Metodologia de Pesquisa em Administração, Liderança, Poder e Processo Decisório, Direito Público Administrativo) e uma delas, Avaliação Institucional, pode estar relacionada a qualquer instituição de educação superior, não ficando claro apenas pelo título da disciplina.

Conclui-se que o próprio curso de mestrado com foco em administração universitária deixa explícito, por meio da análise dos aspectos básicos que são utilizados para identificá-lo (área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular), que o termo administração universitária, refere-se não só à administração da instituição universidade, mas ao ensino/educação superior e às instituições que oferecem ensino/educação superior e os temas relacionados.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo buscou-se construir um conceito de administração universitária que fosse capaz de traduzir como o termo vem sendo empregado, que temas podem estar a ele relacionados e o porquê de estarem ligados a ele. Pretendeu-se ainda, defini-lo sob o ponto de vista daqueles que atuam no campo científico da administração, e, formam, assim, um subcampo deste.

Para isso, tratou-se primeiramente de definir o que é administração, o que levou a que se chegasse ao seu objeto de estudo: as organizações. Na sequência buscou-se definir universidade a partir dos vários usos que se fez do termo ao longo da história até que se chegasse ao entendimento atual. Foi mostrado que as várias interpretações que foram dadas ao termo “universidade” fizeram com que fosse relacionado a quaisquer instituições que oferecessem ensino superior, ou mesmo fosse considerada como sinônimo de ensino ou educação superior.

Por fim, fazendo a junção dos termos, buscou-se mostrar na prática, que temas constituem o *corpus* da administração universitária. Em primeiro lugar, a partir da relação com os próprios temas (segundo a ANPAD, 2011) e teorias da administração (optou-se pelo entendimento de RUBEN, SERVA, CASTRO, 1995), na medida em que esta tem por objeto as organizações e, portanto, inclui as organizações de educação superior. E em segundo lugar, a partir dos temas relacionados à educação e ao ensino superior, em função de aparecerem como sinônimas de universidade. Assim, foram



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

identificados cursos e eventos com foco na administração universitária que pudessem indicar que temas seriam esses.

REFERÊNCIAS

ANPAD - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Apresentação.** 2011a. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/sobre_apresentacao.php>. Acesso em jul.2011.

_____. **Temas de interesse.** 2011b. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=676&cod_evento_edicao=58> Acesso em: jul.2011.

BRASIL. Lei n. 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: jun.2011.

_____. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm Acesso em jul.2011.

CHEVALLIER, Jacques. LOSCHAK, Danièle. **A Ciência Administrativa.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Perguntas frequentes.** 2012c. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#lp1> Acesso em: ago./2012.

CPGA – Curso de Pós-Graduação em Administração. **Catálogo do Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.** CPGA/UFSC: Florianópolis, 1982.

_____. **Catálogo do Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.** CPGA/UFSC: Florianópolis, 1986.

_____. **Catálogo do Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.** CPGA/UFSC: Florianópolis, 1989.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

_____. **Catálogo do Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.** CPGA/UFSC: Florianópolis, 1998.

_____. **Disciplinas Oferecidas.** 2012. Disponível em: <http://cpga.ufsc.br/disciplinas-por-semester/> Acesso em jul. 2012.

DEMO, Pedro. **Conhecimento Moderno:** sobre ética e intervenção do conhecimento. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> Acesso em: ago.2012.

INPEAU – INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA. **Colóquios.** 2012. Disponível em: <http://portal.inpeau.ufsc.br/coloquios/> Acesso em: nov.2012.

JANNE, Henri. **A universidade e as necessidades da sociedade contemporaneidade.** Fortaleza: Edições UFC, 1981.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, Organizações e Instituições.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MORHY, Lauro. Brasil – Universidade e Educação Superior. In: MORHY, Lauro (org.). **Universidade no Mundo:** universidade em questão. Vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MOTTA, Fernando Carlos Prestes; PEREIRA, Luiz Bresser. **Introdução à organização Burocrática.** 7.ed. Brasília: Editora brasiliense, 1986.

OUI – ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA. Administração Universitária em tempos de crise: perspectivas para o ano 2000. **Anais...III Congresso da OUI.** Salvador: OUI, 1983.

PARSONS, Talcott. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização. In: ETZIONI, A. (org.), **Organizações complexas.** São Paulo: Atlas, 1967.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

PPGAU – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA. **Área de concentração e linhas de pesquisa.** 2012. Disponível em: <http://ppgau.ufsc.br/area-de-concentracao-linhas-de-pesquisa/> Acesso em: jul.2012.

_____. **Estrutura curricular.** 2012. <http://ppgau.ufsc.br/estrutura-curricular/> Acesso em: jul.2012.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RODRIGUES, Eduardo Lopes. Saudação do Professor Eduardo Lopes Rodrigues, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA (SIAU). **Anais...** Volume 1. Florianópolis: UFSC, 1971.

RUBEN, Guilherme; SERVA, Maurício; CASTRO, Marco Luiz de. Resíduos e complementaridade: da relação entre a teoria de administração e a antropologia. **Anais do XIX ENANPAD.** João Pessoa: ANPAD, 1995.

STONER, James A.; FREEMAN, R. Edward. **Administração.** 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice- Hall do Brasil, 2000.

UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. II Seminário Internacional sobre Administração Universitária: Estrutura e Funcionamento da Universidade na década de 90. **Anais...** UFRN: Natal, 1991.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. v.2. Brasília: UnB, 1999.

Notas

ⁱ Moderno no sentido empregado por Daft e Lewin (1993) e Clegg (1998).

ⁱⁱ Optou-se por utilizar conceitos que refletissem o paradigma dominante nos estudos organizacionais – o funcionalismo (CALDAS, FACHIN, 2005), pois acredita-se que o campo científico da administração universitária como subcampo científico da administração deverá refletir este campo.

ⁱⁱⁱ Neste trabalho a palavra disciplina será utilizada como sinônima de campo científico, conforme Shinn e Ragouet (2008).

^{iv} Ver também Resolução nº 3 de 14/10/2010 do Conselho Nacional de Educação que regulamenta o Art. 52 da LDB/1996.

^v Lei nº 5540 de 28/11/1968 e o Decreto Lei nº 464 de 11/02/1969.

^{vi} Este conceito será discutido na seção 2.2.2.2.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

^{vii} Utilizou-se como base o ano em que foi definido o projeto que deu origem a esta tese.

^{viii} Disponível em:

http://books.google.com.br/books/about/Anais_do_4_Semin%C3%A1rio_Internacional_de_A.html?id=GwZ7HAAACAAJ&redir_esc=y,

http://books.google.com.br/books/about/Anais_do_V_Semin%C3%A1rio_Internacional_de_A.html?id=QasQAAAAYAAJ&redir_esc=y, http://books.google.com.br/books?id=NH8QAAAAYAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_similarbooks . Acesso em: mar./2012.

^{ix} Desde 2004, o NUPEAU passou a ser denominado Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária – INPEAU.

^x Desde 2012, o evento passou a ser denominado Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas.

^{xi} Áreas temáticas semelhantes foram adaptadas.